

## RE-ESCRITOS DO OUTRO. ESCRITAS DA/NA CIDADE:

### A VIAGEM EM NARRATIVA

Wellington Marques da Silveira (UNEMAT)<sup>1</sup>  
Olimpia Maluf Souza (UNEMAT)<sup>2</sup>  
Fernanda Surubi Fernandes (UGE)<sup>3</sup>

**Resumo:** Este trabalho toma como escopo principal o território como lugar possível de (des)identificação do europeu em viagens ao Brasil, no período colonial. Assim, buscamos compreender, na materialidade discursiva do relato de viagem, modos de dizer a/da cidade como um discurso que faz movimentar a imagem que o viajante faz de si e do colonizado. Trata-se de compreender, a partir de um lugar teórico discursivo, os gestos de leitura do viajante à cidade, como formulações que textualizam funcionamentos transferenciais tanto entre as posições dos sujeitos em jogo quanto dos lugares os quais estes representam: *eu, outro, lá, aqui*. Dessa maneira, recortamos a Expedição do Barão Langsdorff em Mato Grosso, mais precisamente na cidade de Cáceres, em 1827, cujo principal objetivo foi o de realizar novas descobertas científicas, geográficas, estatísticas e o de estudar novos produtos não conhecidos no mercado e em todo o reino natural. O diário da viagem (*Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas* (de 1825 a 1829)) foi produzido pelo francês Hércules Florence, um dos pintores e desenhistas da Expedição, e traduzido por Visconde de Taunay. Dos trajetos percorridos por Florence, elegemos aquele em que o viajante narra suas impressões sobre o Rio Paraguai, produzindo uma *crônica da cidade*, e cujos efeitos de sentido confrontam, pelas relações (ora de afeto ora de distanciamento) do viajante com a terra, memórias discursivas e posições sócio historicamente estabelecidas. No relato, o discurso *sobre* o Rio move a posição do viajante como o “outro”, o estranho, inscrevendo-o, também, como membro do processo de produção de um *nós nacional* (FEDATTO, 2011). A cidade, tomada enquanto espaço de ressignificações entre o *eu* – viajante – e o *outro* – habitante-nativo –, figura, na narrativa,

---

<sup>1</sup> Autor. Bolsista de Iniciação Científica BIBIC/CNPq e acadêmico do 7º período de curso de Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Cáceres. Pesquisador no Projeto de Pesquisa *Processos de autonomia, de produção e de identificação intelectual: a Análise de Discurso no Centro-Oeste*. E-mail: [wellingtonmarkis@gmail.com](mailto:wellingtonmarkis@gmail.com)

<sup>2</sup> Coautora. Professora do departamento de Letras e do programa de Mestrado/Doutorado em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Cáceres. Coordenadora do Projeto de Pesquisa *Processos de autonomia, de produção e de identificação intelectual: a Análise de Discurso no Centro-Oeste*. E-mail: [olimpiamaluf@gmail.com](mailto:olimpiamaluf@gmail.com)

<sup>3</sup> Coautora. Professora do departamento de Letras da Universidade Estadual de Goiás. Vice-coordenadora do Projeto de Pesquisa *Processos de autonomia, de produção e de identificação intelectual: a Análise de Discurso no Centro-Oeste*. E-mail: [fernandasurubi@gmail.com](mailto:fernandasurubi@gmail.com)

rupturas e emaranhamentos de *laços sociais*: processos que fundam/deslocam/desatam determinados lugares de representatividade social.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso; Rio Paraguai; Colonização; Relatos de viagem Desidentificações.

## Introdução

Na conjuntura da colonização, o dizer sobre a terra silencia, reformula e produz, pelos textos que legitimaram a conquista europeia no século XV e XVI, posições de significação tanto para o sujeito-brasileiro, nativo, quanto para o itinerante, descobridor e responsável pela descrição e pelo esquadramento do espaço.

As projeções imaginárias dos brasileiros foram consubstanciadas na memória de constituição do Brasil, cujos modos de ler conformam e instrumentalizam determinadas direções de sentidos que ressoam vestígios da colonização. Assim como a língua e seu processo de apagamento/substituição, a formulação de um território – que ganhará, futuramente, os moldes de uma cidade – constitui uma memória que o eterniza, o historiciza e que se inscreve, mais tardiamente, nos dizeres sobre a cidade.

No âmbito do registro, a *documentação* (NUNES, 1982) de ordem oficial, administrativa, é o suporte material que dá corpo ao processo de evolução e de mudança do espaço telúrico, bucólico, ao citadino, configurado pelas relações mercadológicas e capitalistas, iniciadas no final da segunda metade do século XIX. O *documento*, neste trabalho, compreende a narrativa de Florence, artista francês e membro da Expedição Langsdorff<sup>4</sup>, que coloca em funcionamento, dadas as condições de produção em que é circulado, o que chamamos de um *discurso de transição do espaço*.

No Brasil do século XIX, o território já havia sido inventariado pelos primeiros viajantes, e a visão de “lugar vazio”, que precisava ser legitimado, já havia cedido espaço para o retrato dos cenários em que as relações entre os habitantes começavam a ser

---

<sup>4</sup> Expedição científica realizada no século XIX, entre 1827 e 1829, e liderada pelo alemão Barão Grigory Ivanovitch Langsdorff. O trajeto percorrido nesta viagem compreendeu desde a capitania de São Paulo até o Amazonas, e teve por objetivo realizar novas descobertas científicas, geográficas, estatísticas e estudar novos produtos não conhecidos no mercado e em todo o reino natural.

observadas e, postas em movimento pelas narrativas, configuravam verdadeiras crônicas cotidianas sobre o fazer na colônia.

Trata-se de compreender uma escrita que põe em jogo a posição do próprio escritor, ou seja, a imagem que este faz de si e do outro, enquanto narrador dos fatos e (re)produtor dos efeitos de sentido na colônia. É, pois, por esse trajeto que propomo-nos compreender, na/pela escritura de Florence, um espaço possível de fratura e de rivalização dos lugares de (des)identificação na cidade.

### **1.1. Viagem e *arquivo*: gestos de leitura nos registros oficiais**

Começamos por afirmar que o viajante é, por excelência, um leitor/compositor do *arquivo*. Na acepção de Pêcheux (1994, p. 57), o arquivo diz do “[...] campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Assim, não compreendemos esta noção teórica como um produto empírico, um *documento*, mas como um espaço de emaranhamento de diferentes gestos de leitura produzidos como forma de discursos fundadores. O *arquivo* coloca em funcionamento, então, efeitos de legitimação e de cristalização de sentidos na memória sócio histórica dos sujeitos. Nessa direção, o narrador-viajante protagoniza os escritos do período da colonização brasileira, cujas condições de produção de leitura corroboraram uma determinada configuração da memória de arquivo referente à manutenção da posse de Portugal sobre o Brasil.

A produção da leitura era, desde a Idade Média, determinada e dividida entre posições de sujeito que podiam/permitiam *ler* de determinados modos. Assim, mesmo que os diários ou crônicas de viagem representassem efeitos possíveis de leitura, estes eram textos que impunham

[...] ao sujeito-leitor [escritor] seu apagamento atrás da instituição que o emprega: o grande número de escrivãos, copistas e “contínuos”, particulares e públicos, se constituiu, através da Era Clássica até nossos dias, sobre esta renúncia a toda pretensão de “originalidade”, sobre este apagamento de si na prática silenciosa de uma leitura consagrada ao serviço de uma Igreja, de um rei, de um Estado, ou de uma empresa. (PÊCHEUX, p. 57, 1994)

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que o colonizador formula um gesto de leitura, produz-se efeitos de um *silenciamento*<sup>5</sup> da imagem de si, do saber discursivo do viajante/escrivão/redator, pela voz jurídica ou religiosa que agencia a direção dos sentidos na escritura. Isso porque, a cada período da história de constitutividade das grandes viagens e descobertas, os gestos de leitura eram produzidos segundo determinadas condições de produção e de acordo com posições de significação ocupadas pelos viajantes. Nos relatos/narrativas (em especial as do século XIX), a escrita do viajante funciona como um “[...] ato que domestica o significar [sobre a terra, sobre os elementos naturais e sobre o cotidiano dos habitantes-nativos] e serve à asserção, à unificação do sentido e à unicidade do sujeito testemunha dos acontecimentos” (ORLANDI, 2007, p. 54).

O discurso das *descobertas/conquistas* tem um trajeto marcado por diferentes enfoques e modos de ler o mundo, o que nos leva à compreensão de que a circulação do saber científico pelo olhar do europeu compreendeu distintos momentos históricos, cujos espaços de dizeres configuraram, entre diferentes séculos, múltiplas representações da realidade, mediadas por interpretações que dizem da relação das práticas de colonização. O sujeito-viajante, em sua função de registrar as peculiaridades dos espaços que percorreu, produz o relato/a narrativa em consonância com sua relação com a terra, com o território.

Faz-se necessário, então, compreender como a história das viagens (re)organiza os olhares dos europeus durante vários séculos e faz circular um saber que autoriza, que “descobre” e que cientificiza os sujeitos e os espaços de significação no período da colonização.

## **1.2. Da formação de um discurso sobre/da *colonização brasileira***

---

<sup>5</sup> O *silenciamento*, tal como defende Orlandi, diz da política do sentido: quando, no movimento de colonização, o europeu diz sobre algo do fazer na colônia, inevitavelmente, apagam-se sentidos que, desautorizados, interditam a voz, a língua e a identidade do indígena.

A discursividade da exploração/colonização brasileira inicia-se no período que chamamos de Quinhentismo brasileiro<sup>6</sup>. A discursividade Quinhentista é colocada em circulação por volta de 1.530, em que os primeiros escritos sobre o Brasil não têm mais um caráter fantástico, isto é, passam a ser produzidos a partir de viagens e visitas a lugares até então “desconhecidos”.

É nesse período também que a chamada literatura de viagens começa a ser configurada no/sobre o Brasil, a partir de textos atravessados por uma *memória discursiva*<sup>7</sup> europeia, e não brasileira. Assim, as primeiras manifestações escritas – tanto sobre a terra quanto sobre o povo – foram constituídas por meio de gestos de leitura europeus, que, por conseguinte, conformaram-nos uma determinada história de constituição.

No âmbito das viagens, o primeiro contato com a Terra de Santa Cruz surge com Pero Vaz de Caminha, em sua carta endereçada ao Rei D. Manoel. No entanto, é pela mão de Américo Vespúcio que as gentes brancas e nuas, bondosas e pacíficas, foram apresentadas aos europeus curiosos de relatos fantásticos.

Posteriormente, o retrato edênico de nosso território foi traçado e sendo substituído pelas narrativas de Pero de Magalhães de Gândavo, Gabriel Soares de Sousa, Manuel da Nóbrega, Fernão Cardim, José de Anchieta André Thevet, Hans Staden, Jean de Léry, Ulrich Schmidel, Anthony Knivet, dentre outros viajantes.

O saber discursivo europeu, instalados pelos primeiros viajantes (séculos XV e XVI, entre o edênico e o selvagem), constrói a imagem do indígena baseado nos costumes e modos de civilidade europeias. Assim, a relação entre o colonizado e o colonizador coloca em funcionamento, *a priori*, uma memória discursiva que toma o índio como bárbaro, ou seja, como aquele que, na antiguidade grega,

[...] não participava da helenidade (em referência à inarticulação do canto dos pássaros oposto à significação

---

<sup>6</sup> O Quinhentismo, fase da literatura brasileira do século XVI, tem este nome pelo fato das manifestações literárias se iniciarem no ano de 1.500, época da colonização portuguesa no Brasil.

<sup>7</sup> Trata-se, segundo Orlandi (2012), do amálgama de discursos constituídos anteriormente que afetam as formulações dos sujeitos. Ao dizer/ler/escrever, o sujeito é inscrito em uma rede de dizeres que o filiam a sentidos constituídos em outros momentos históricos. A memória discursiva é, assim, o sustentáculo de toda a significação.

da linguagem humana), o Renascimento, os séculos XVII e XVIII falavam de *naturais* ou de *selvagens* (isto é, seres da floresta) opondo assim a animalidade à humanidade. O termo *primitivos* é que triunfará no século XIX [...]” (LAPLANTINE, 2007, p. 40)

Dessa maneira, há, nos primeiros relatos, a voz do europeu, que, identificada às formações discursivas ligadas ao conceito de *civilidade*, produz um silenciamento da figura do indígena no processo de constituição de um saber que se quer científico no Brasil.

Dessa maneira, o Brasil surge, dentro do imaginário da Renascença, como uma ideia ou invenção da busca das ilhas paradisíacas, posta em circulação pelas utopias do Humanismo, que reverbera a memória de sentidos da terra da promessa, do Éden e do Eldorado. As viagens pelo Brasil configuraram inventários destinados a conhecer a geografia, o povoamento e os reinos da natureza. No âmbito da cultura das viagens, podemos classificá-las segundo três segmentos ou *formações discursivas* (FD) distintas, que, por sua vez, representavam e sustentavam discursos e sentidos inerentes a essas FD: as viagens *exploradoras*, as *administrativas* e as *científicas*.

As primeiras viagens, ou *viagens exploradoras*, destinavam-se a percorrer um território pouco conhecido. Essas jornadas foram empreendidas por holandeses, franceses e ingleses, interessados nos territórios sob controle lusitano. Esses empreendimentos antecederam, por vezes, aos ataques e conquistas do Maranhão, das cidades de Salvador, Olinda e Rio de Janeiro.

A segunda perspectiva abarca as *viagens administrativas*, ou viagens *colonizadoras*. Os sentidos da administração colonial eram identificados às práticas de delimitação do território e de incremento das fronteiras brasileiras, assim, essas viagens eram planejadas e financiadas pelo governo metropolitano e colonial. Interessava à Coroa portuguesa demarcar rotas, realizar traçados fronteiriços e avaliar potencialidades econômicas do território. Comandadas por administradores e capitães gerais, elas buscavam consolidar a posse sobre o território percorrido.

Uma vez explorado e documentado/legitimado, o território brasileiro passa a ser alvo de investigações científicas. Compreendendo a segunda metade do século XIX, as *viagens científicas* eram comandadas por naturalistas e pretendiam coletar espécies dos reinos da natureza. Na época, o Brasil seria completamente desconhecido dos sábios

européus, caso não houvesse os escritos de Piso e Margraff, autores da primeira história natural do Brasil. Algumas expedições percorreram o nosso território no século XIX, jornadas comandadas, sobretudo, por naturalistas luso-brasileiros.

O viajante do século XIX – o naturalista em particular – constitui-se como observador exemplar do Brasil (NUNES, 1982). Em sua narrativa, o naturalista estrangeiro põe em visibilidade uma memória discursiva sobre o olhar civilizador (já instalada pelos primeiros relatos do séc. XV e XVI) e por isso se torna capaz de classificar e hierarquizar o que vê, assim, o naturalista estrangeiro inspirou parte da elite local em sua tarefa de forjar uma identidade para a Nação.

A história natural foi uma espécie de guia a orientar as idas e vindas dos viajantes pelo território brasileiro. O objeto de estudo dos naturalistas foi, sobretudo, o mapeamento e a definição dos elementos naturais do espaço, como a fauna, a flora e o clima local. Esse campo de saber incluía também a antropologia, definida como sendo a descrição dos costumes dos diferentes povos e da constituição física das “raças” humanas.

Para grande parte dos viajantes que vieram ao Brasil, naturalistas ou não, compreender o país significava buscar a unidade subjacente à aparente diversidade dos animais, vegetais, minerais e populações que encontravam. Assim, um relato de viagem podia incluir considerações sobre a biogeografia, climas, topografia, presença de animais, agricultura, doenças reinantes, costumes dos habitantes, instituições administrativas etc.

De acordo com Pfeiffer (2000), durante o período colonial, ao contrário da Espanha e da Inglaterra, Portugal não estimulou em suas colônias o estudo das ciências nem criou universidades, bibliotecas ou escolas de ensino superior. Assim, até o século XIX quase toda a atividade científica no Brasil vai limitar-se às missões estrangeiras que observavam, coletavam e classificavam os nossos recursos naturais.

As impressões do viajante (Hércules Florence) que elegemos para este estudo são inscritas na terceira perspectiva/segmento discursivo do rol da historiografia de viagens, sendo, portanto, considerado um viajante-naturalista. Veremos, pois, durante sua expedição, como a circulação de um saber científico sobre o Rio Paraguai constrói posições de significação tanto para o viajante e autor da narrativa quanto para o morador nativo da cidade.

### **1.3. Rio Paraguai e memória da cidade: lugares de (des)identificação em relato**

O território – de *territorium*<sup>8</sup>, derivado de *terra*, em latim – ao mesmo tempo em que significa o lugar da prática agrícola, da posse da terra, diz também da disputa, do conflito, da tensão entre relações de força, marcadas dicotomicamente, sobretudo, pelos por efeitos que advém da disjunção *colonizador/colonizado*. Da terra, então, falam/interpretam/(des)identificam-se sujeitos (moradores ou viajantes). Nesse processo de (se) significar a/pela terra – habitada/visitada –, intervêm os sentidos: estar em casa, estar em terra própria, conquistar a terra, administrá-la. Estar na terra, portanto, seja pelo movimento da conquista seja sendo dela fruto nativo, faz espaço para a instalação de sentidos sobre nossa memória nacional, marcada pela relação aqui/lá/eu/outro.

Da relação com o espaço habitado/visitado/descoberto, surgem impressões: sentimentos de (não) pertencimento, interpretações que dizem do lugar daquele que enuncia. São dizeres corporificados em diários de viagens, em poemas, em narrativas literárias, em lendas urbanas etc., que se inscrevem na memória da cidade e na de seus moradores.

Assim, descrever, dizer da cidade de Cáceres-MT e seu processo de fundação pelo signo do Rio Paraguai<sup>9</sup>, torna-se tarefa do morador nativo, poeta e historiador – Natalino Ferreira Mendes<sup>10</sup> – que imprime, em uma de suas poesias (*Rio Paraguai*), as características de um relato, escrevendo e inscrevendo os momentos, os trajetos dos sujeitos (e dos sentidos) na fundação da cidade, a partir do acontecimento da viagem:

Desce sobre a cidade de Cáceres  
Como se a quisesse envolver  
Num longo e terno abraço  
Vem do norte, procurando o sul.  
Olha para o nascente – orlado  
Pela Serrania Azul,

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://es.wiktionary.org/wiki/territorio>. Acesso em: 14/02/2015.

<sup>9</sup> Tomamos o Rio – mais precisamente a água que o dá corpo – enquanto forma material, como “[...] signo indelével as suas imagens, a água que é órgão [da cidade] [...], um alimento dos fenômenos corredios, o elemento vegetante, o elemento lustrante, o corpo das lágrimas [tanto dos habitantes nativos quanto dos itinerantes no novo mundo] [...]”. (BACHELARD, 1998, p. 12).

<sup>10</sup> Poeta e Professor, durante 36 anos, Natalino Ferreira Mendes nasceu em Cáceres, MT, e dedicou a maior parte de sua vida à memória e à história de constituição de sua cidade e do estado de Mato Grosso, sendo considerado, portanto, um exemplo da relação do sujeito-nativo com a sua terra.

E avança, para em curva graciosa  
Banhar o litoral onde Albuquerque  
Lançou os fundamentos do povoado  
Que a rainha Lusa o nome herdou:  
– VILA MARIA.

A memória do *longo e terno abraço*, como um invólucro da cidade, instituiu o morador-poeta, levando-o a tomar o Rio a partir de sua relação com a terra – Vila Maria. O poema revela-nos o processo de instituição e de apropriação da terra – efetivados pelo intermédio das águas do Paraguai – ganhando corpo nas lembranças do poeta, enquanto morador nativo afetado pela história de uma cidade que “[...] marca, fere, mancha, pulsa (n)a memória de seus habitantes [...]” (FEDATTO, 2008, p.11).

A poesia telúrica, aqui, ganha forma de diário de viajante, um *poema-diário*, registrando impressões, dando corpo a gestos de interpretação, em um movimento que descreve o Rio e a terra, ocupada e instituída pelo colonizador. É o discurso do morador nativo – subsumido pela sua forma de pertencimento com a cidade – tecendo as nuances do trajeto percorrido pelo Rio.

De modo a pôr em jogo o lugar de constitutividade à cidade construído pelo morador nativo e pelo estrangeiro, recortamos algumas sequências discursivas que permitem por em visibilidade processos de (des)identificação produzidos na relação entre o viajante e o Rio Paraguai:

A província possui **o mais belo caminho do mundo, o Paraguai**: poderia ter excelentes estradas de rodagem [...] (FLORENCE, 1827, p. 183, grifos nossos).

Além disso, **quanto prazer em ver o Paraguai, esse rio sempre calmo e majestoso** até escoar-se no mar! (FLORENCE, 1827, p. 199, grifos nossos).

(...) voguei águas acima, atraído não só pela sombra que já se estendia por sobre o rio, **como pelos encantos da corrente que sai silenciosa** de entre margens cheia de belas e altanadas árvores. (FLORENCE, 1827, p. 199, grifos nossos).

A regularidade destacada nos fragmentos textualiza os gestos de interpretação sobre o Rio Paraguai. Tem-se, pela excessiva adjetivação, a figura de um viajante que ressignifica sua função, criando novos lugares de identificação para si e para o “outro”. Há, portanto, uma reformulação nas imagens dos sujeitos em jogo – o colonizador e o colonizado.

O discurso materializa gestos de pertencimento do viajante com parte do território – o Rio –, que funciona no imaginário de Florence como um espaço-símbolo idealizado (BACHELARD, 1998). O *viajante-informante*, fidedigno à descrição do espaço, assume outro lugar de significação: o *narrador-habitante*. No dizer do viajante, a relação de ternura e de afeto com parte do corpo da cidade é fundada pela adjetivação, mecanismo linguístico que, conseqüentemente, atinge as posições imaginárias construídas no/pelo relato.

O discurso que funciona para assegurar as informações entre a colônia e a coroa produz, no interior de uma nação fruto de um processo de colonização, efeitos sobre esse viajante, que passa a significar, pelo seu discurso, o que Fedatto (2012) denominou de *nós nacional*: funcionamento que engendra um sentimento de pátria, de nação constituída. Nessa direção, há “[...] um plural que deseja ser a delimitação da nação através da repetição dos iguais, é um *nós inclusivo* no qual ninguém diz “eu”, pois exige a representação coletiva [dos habitantes do território] [...]”.

Florence produz um discurso que o integra aos habitantes naturais do espaço, estabelecendo, assim, filiações à identidade do país e à memória de constitutividade da cidade.

### **Considerações finais**

As narrativas/os relatos de viagem produzem um recorte de sentidos possível na/para compreensão da memória nacional brasileira. Palavras, versos, estrofes: sentidos *do/sobre* o Brasil. Na conjuntura da colonização, a discursividade Renascentista – sustentada pelos *homens de conhecimento* – inaugura um saber científico, que instaura, no europeu, o desejo de cientificizar espaços e (re)elaborar discursos que traçaram a memória sócio histórica do povo brasileiro.

Dessa forma, o que nos interessou, aqui, foi tomar o Rio Paraguai como espaço que funcionou como pano de fundo das relações sociais na constituição dos sujeitos, identificados tanto como morador nativo, telúrico, quanto como itinerante, viajante.

As relações desses sujeitos com o espaço no qual habitam/transitam são marcadas por processos de (des)identificação, de (não) pertencimento, sendo, assim, relações políticas e, portanto, de sentidos. No recorte que efetuamos, a função do “artista viajante”,

do “paisagista-em-trânsito”, torna-se, pelo gesto de identificação ao Rio, a de narrar o espaço observado, o ir e vir dos transeuntes, sua relação com o comércio, com o social e com o ponto principal que circunda a cidade.

Nas análises, os sentidos produzidos visibilizam que um modo de textualizar as impressões produz movimentos de sentidos em relação ao outro, criando espaços de identificação possíveis para os sujeitos envolvidos no trabalho do registro – o viajante e o habitante nativo.

No período colonial, mais precisamente no século XIX, a viagem compreendeu o registro e o modo de instalação do saber científico na colônia, onde se reorganizaram as práticas e as identidades dos habitantes do território. Além disso, é também, a escrita da viagem, cenário de mobilidade das posições sociais, lugar que não estaciona, nem sentidos nem sujeitos, nos efeitos de captura do discurso jurídico produzido pela Coroa Portuguesa.

## Referências

BACHELARD, G. **A água e os sonhos**: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. **Nas raias de Mato Grosso**: o discurso de constituição da fronteira. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Campinas-SP: UNICAMP, 2000.

FEDATTO, Carolina P. **Um saber nas ruas**: o discurso histórico sobre a cidade brasileira. Tese (Doutorado em Linguística). IEL/UNICAMP. Campinas-SP, 2011.

FLORENCE, H. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**; Tradução de Visconde de Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MENDES, Natalino Ferreira. **Anhuma do pantanal**: poesia da terra. Academia Matogrossense de Letras. Cáceres-MT, 1993.

NUNES, J. H. **A construção dos leitores nos discursos dos viajantes e missionários**. Dissertação (Mestrado em Linguística). IEL/UNICAMP: Campinas-SP, 1982.

ORLANDI, Eni P. “Vão surgindo sentidos”. *In: Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

\_\_\_\_\_. Processo de descolonização linguística e “Lusofonia”. *In: Línguas e instrumentos linguísticos*, nº 19/Universidade Estadual de Campinas: Pontes Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007b.

PÊCHEUX, Michel. “Ler o arquivo hoje”. *In: ORLANDI, E. (Org.). Gestos de Leitura - da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.